



Identidade! é licenciada
sob uma Licença Creative Commons.

**REVISITANDO
TERRITÓRIOS E
EPISTEMOLOGIAS:
ENCRUZILHADAS
COSMOPOLÍTICAS NA LINHA
CRUZADA**

*REVISITING TERRITORIES AND
EPISTEMOLOGIES:
COSMOPOLITICAL CROSSROADS IN THE
CROSSED LINE*

Resenha de: ANJOS, José Carlos Gomes dos. *No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 126 p.

Cauê Fraga Machado

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: cauefm@gmail.com

Daniela Guedes dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: danielaguedes01@hotmail.com

Foi Tim Ingold¹ quem disse que a antropologia era a “filosofia com gente dentro”. Parece ser esse o caso da antropologia que José Carlos dos Anjos nos convida a experimentar em *No território da Linha Cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira*. Falar desse livro classificando-o como antropologia da política ou antropologia da religião soa redutor, diante da sua proposta de criação conceitual que não apenas considera com seriedade as categorias nativas como conceitos, mas também se propõe a cruzar de forma sofisticada as ideias da filosofia da diferença de Gilles Deleuze e de Félix Guattari com a filosofia política afro-brasileira que acontecia ali, onde processos de desterritorialização e reterritorialização (sempre forçados) incidiam em território afro-religioso.

A obra versa sobre os entraves em torno da remoção da Vila Mirim, situada nos entornos da região central no bairro Rio Branco, em Porto Alegre/RS, ocasionada pelo projeto de prolongamento da Avenida Nilo Peçanha que teve início nos primeiros anos da década de 1990. A resistência de uma parcela dos moradores à remoção encabeçada pelos agentes da prefeitura da cidade desencadeou um processo intenso de disputa política, que contou com a criação de uma “comissão de moradores excluídos”. Esta atuou com apoio do Movimento Negro Unificado e sob liderança

¹ INGOLD, Tim. *Antropologia: para que serve?* Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019.

política-religiosa de uma das mães de santo da vila, Dorcelíria Maria da Silva, comumente reconhecida à época como Mãe Dorsa.

A nova avenida *atropelava* um trecho da vila composto majoritariamente por moradores negros. Sob severas condições sanitárias, com problemas envolvendo saneamento básico e tratamento de esgoto, o “Cantão” – forma como fora denominada a região sob a faixa de remoção – era um local composto por moradias feitas em madeira, a partir de rearranjos e bricolagem diversas. O formato das casas correspondia à disposição para mobilidade que os imóveis deveriam atender, levando em consideração os riscos iminentes de despejo. Deste lado da vila, ameaçado pela nova avenida que batia na porta, localizavam-se os “maloqueiros”, em contraposição ao outro lado, onde residiam os “proprietários”, moradores de maioria branca que investiam na construção de casas mais robustas, tendo em vista a falta de preocupação com as remoções.

A categoria êmica *encruzilhada* é a noção chave para compreensão do *modus operandi* desse corpo coletivo diante do estabelecimento de um conflito com o Estado, assim como de sua capacidade de reivindicação. Para além das dimensões estritas da disputa política, apreendemos que a *encruzilhada* é o fundamento dos modos de vida e dos relacionamentos dos sujeitos que experienciam o mundo em questão. De forma mais ou menos explícita, Dos Anjos operacionaliza o conceito por praticamente toda a obra para refletir sobre este universo etnográfico constituído pelo cruzo de dimensões políticas e religiosas dispostas no cenário de confronto entre os agentes da prefeitura, a Associação de Moradores de Divina Providência e a Comissão de Moradores Excluídos.

Já nos dois primeiros capítulos, adentramos o modo de organização do grupo e a configuração religiosa em estudo. A ideia de encruzilhada relaciona-se intimamente com a figura de Exu, o dono dos cruzeiros, entidade responsável pela mediação entre os homens e os deuses. Onde se cruzam avenidas em xis (X) ou em cruz (+), as encruzilhadas abertas, destinam-se oferendas ao povo da rua, com pedidos que buscam livrar os percursos da vida de fluxos negativos. Todo início de ritual no batuque gaúcho se inicia com saudações a Exu, que figura no início de todo o processo de agenciamento da subjetividade do vivenciador da linha cruzada. A “abertura de um caminho”, essa espécie de orientação filosófica que guia os empreendimentos de vida do batuqueiro, indica o início de um território existencial.

Se, por um lado, a encruzilhada é abertura, por outro, ela pode ser o fechamento ou o fim – o que deixa explícito a ambiguidade desta categoria no pensamento afro-religioso. Os caminhos podem ser obstruídos diante dos pedidos feitos em encruzilhadas fechadas (T). Neste caso, as energias negativas – que diferem das energias nômades – percorrem um fluxo circunscrito, o mal proferido contra a vida da pessoa endereçada volta para quem o solicitou, fechando o círculo. Neste pensamento, bem e mal não são instâncias substancializadas, mas “formas de significação de *abertura* e *fechamento* de relações sociais”².

Na linha cruzada, a incorporação é uma experiência radical de alteridade. O corpo do filho de santo é ocupado por uma entidade que estabelece uma relação fluída de reciprocidade com o mesmo. Receber o santo significa ceder o próprio corpo para uma intensidade externa, demasiadamente diferente de si mesmo, que não coincide com o Eu. Instaura-se uma relação entre forças diversas dotadas de materialidade que se sobrepõem no mesmo corpo-território. Diferentemente do Orixá, a relação que o filho de santo estabelece com Exu não indica um território de identidade. Orixá é dono da cabeça de quem ele se ocupa, é um elemento constitutivo da pessoa batuqueira, uma força territorializante, enquanto Exu é puro processo de desterritorialização.

As nações que compõem o universo afro-religioso da linha cruzada também são percebidas como territórios simbólicos com intensidades diversas passíveis de serem percorridas por uma multiplicidade de sujeitos. Em contraste com a ideologia da democracia racial, que fundamenta a ideia do Brasil como país do sincretismo, o cruzo das diferenças no terreiro não resulta em uma síntese originária da mescla de duas coisas distintas. As diferenças coexistem no mesmo espaço enquanto diferença, resguardando a pluralidade sem convertê-las em um misto étnico-religioso. A partir desta perspectiva, o autor propõe uma nova equação para leitura das relações raciais ao pensar a racialidade como percurso nômade dessencializado, “um ponto de vista que se *ocupa* de um corpo, como uma intensidade histórica que se faz corpo” no espaço do terreiro³.

² ANJOS, José Carlos Gomes dos. *No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 20.

³ ANJOS, 2006, p. 22.

O *ethos* religioso estudado detém a capacidade de construção de redes e de grupos corporados – como a Comissão de Moradores Excluídos – de forma maleável. Somos levados a compreender como o processo de sobreposição entre diferentes linhas de identidade que se desterritorializam em face do outro para posteriormente se constituírem novamente se faz presente nas posturas políticas de todas as formas de organização de quem experiencia a religiosidade afro-brasileira. Tal maleabilidade se manifesta, por exemplo, na fragilidade do prestígio dos chefes de terreiro, o que contribuiu para a falta de centralização de poder nestes espaços. É nesse sentido que o autor aproxima a encruzilhada, como acontecimento político, da ideia de máquina de guerra nômade de Deleuze e Guattari: “processo em que forma-Estado em sua estrutura centralizada é constantemente desmantelada no interior da organização”⁴. Tal forma diferencial de organização fluída não mina a capacidade agentiva dos grupos em confronto, mas, ao contrário, impede os riscos de uma asfixia burocratizante dada pela possibilidade de constituição de uma identidade grupal territorializada.

No caso do processo de remoção em questão, o cruzamento da Avenida sobre a Vila não indicava, somente, um modo de percepção do espaço, mas também uma maneira de perceber o tempo. A avenida que se aproximava se configurou como uma imagem-futuro na percepção dos moradores, enquanto a vila, uma imagem-passado. O que está em jogo neste cenário é também uma encruzilhada do tempo, onde a Mirim se desterritorializa sobre o futuro da Nilo Peçanha, que bate na porta daqueles que resistem ao deslocamento para a zona norte da cidade.

A partir do terceiro capítulo, acompanhamos um retrato das condições materiais da paisagem da vila em desterritorialização. Becos estreitos e lamacentos, casas conjugadas umas nas outras, cercados que adentram as ruas, o valão que rasga a Mirim, são algumas das características daquela localidade marcada pela redução do espaço público e pela quebra de impessoalidade. Para além das demarcações físicas, as fronteiras desta territorialidade também foram definidas por relações subjetivas e referenciais simbólicos que, naquele momento, igualmente sofreram um processo de deslocamento. Os moradores, aqueles que reivindicavam a permanência, destacavam em suas lembranças diversos episódios que evidenciavam a longevidade de uma vila que se perdurou por mais de quarenta anos. A memória,

⁴ ANJOS, 2006, p. 33.

nestes casos, operava como uma força territorializante sobre um espaço simbólico em trânsito.

O quarto capítulo, talvez o mais denso, intitulado “Representação Política na Encruzilhada”, traça a distinção central entre encruzilhada e representação. É da ordem da representação o racismo e sua cara; em outras palavras a representação rosto-referenciada. O autor traz aqui a ideia de racismo europeu da/como rostidade em Deleuze e Guattari para pensar o racismo na representação, i. e. em Cristo, e em seu rosto branco e loiro do qual só há esquadrinhamentos de distâncias; ao passo que, na encruzilhada, na linha cruzada, a figura sem rosto do *ocutá* e de Exu são o próprio orixá e a própria entidade da quimbanda. Não há representação. O golpe de abstração que o cristianismo católico opera com a ideia de consubstancialização da hóstia também traz à baila a noção de distância entre representado e representação, ao passo que no *ocutá* tal distância praticamente se anula. Diríamos que se anula mesmo. Daí que a analogia, ou o uso de uma mesma estrutura de princípios da representação da religião, é espelhada para política. A política do branco, do cristão, do partido político é a da distância entre aqueles que elegem e seus representantes. A política da encruzilhada, focada na presentificação, convida a política e os políticos a diminuïrem ao limite da quase não existência da divisão – e, por que não, polarização – representado/representante. Ao não utilizar o elemento iconográfico da representação religiosa, a encruzilhada como política convida o político à participação e à proximidade.

O quinto e último capítulo da obra discute as diferentes percepções dos atores acerca do conflito em torno da remoção. Propõe-se uma genealogia da conformação dos corpos sociais em atuação, tendo em vista a definição de uma “morfologia política” da comissão de moradores da Vila Mirim como grupo de reivindicações políticas. As relações estabelecidas entre os parentes da família de santo são fortemente caracterizadas por uma fragilidade de ações institucionalizadas. A não explicitação dos termos e deveres entre filhos de santo e pais de santo constituiu uma rede de relações diádicas operacionalizadas por meio das práticas de trocas mais ou menos formalizadas e/ou explícitas. Tais relações podem ser lidas como um revestimento de uma relação muito mais profunda, em uma dimensão infrapessoal, que envolve a constituição do filho-de-santo como pessoa. As condutas coletivas do grupo são projetadas de acordo com estratégias momentâneas – que envolvem a definição dos

agentes sobre até onde vão os interesses pessoais e os interesses da família de santo como grupo.

A formação da comissão de moradores como grupo político passa por uma mudança em torno do caráter estritamente reivindicatório das posturas que, posteriormente, passam a se localizar em um nível politicamente instituído. Tal eixo também compreende a remoção a partir de um “princípio de urbanização”, que diz respeito à incidência do racismo, assim como os processos de gentrificação, na organização territorial do espaço urbano. A constituição deste corpo social, indispensável lembrar, reivindica direitos e autonomia a despeito da necessidade de uma identidade essencial em sua formulação.

Após o percurso pela tessitura desta obra, percebemos que se trata menos de uma etnografia do tipo descrição densa do que uma etnografia dos conceitos e aforismos que abalam um modo digamos tradicional de etnografar e antropologizar, ao mesmo tempo em que potencializam as sentenças lógicas (outras lógicas, por óbvio) dos moradores da Vila Mirim, religiosos ou não. Etnografia precursora, sem dúvidas, no modo como nos apresenta personagens, lugares, discursos, potências. Por meio da justaposição de linha cruzada, encruzilhada e rizoma, aos poucos, nos revela um mundo antirrepresentacionista em uma guerra não apenas de lugares de fala ou de existências, mas de composições de corpo-pensamentos nômades como máquina de guerra, contra o sedentarismo estriado da forma Estado burocrática, racista, assassina dos possíveis que são repugnantes para a sociedade.

Estamos diante de uma etnografia sobre a violência racial-religiosa e os caminhos criativos pelos quais sentenças filosóficas são proferidas o tempo todo, como verdadeiras máquinas de guerra contra àqueles agentes de Estado que perdem o argumento sempre contraefetuado pelo inesperado em suas filosofias medíocres e limitadas. No pensamento encruzilhada, o Estado só pode ser vencedor por meio da máxima de Weber sobre a detenção oficial da violência, quando o mundo da vida, por mais sofisticado e potente que seja, é esmagado pela morte do desenvolvimentismo do Estado racista. Afinal, a cidade precisa crescer. Exu deve morrer. Assim parecem pensar todos esses interlocutores estrias-burocráticas que volta e meia aparecem no livro, impedindo as linhas de fuga de seguirem seu curso em direções criativas e na afirmação da vida contra a morte.

Cabe, por fim, lembrar o caráter inovador e precursor da análise de Anjos ao tomar as categorias de encruzilhada e de território como conceitos analíticos provocando deslocamentos epistemológicos que mais tarde veríamos em autores como Eduardo Viveiros de Castro e Muniz Sodré. Diante disso, ressaltamos a pertinência do desenvolvimento de uma nova edição dessa obra ímpar nas ciências sociais e deixamos um convite para a leitura de uma das análises mais refinadas sobre os modos de existência e cosmopolítica afro-brasileira.

Referências

ANJOS, José Carlos Gomes dos. *No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

INGOLD, Tim. *Antropologia: para que serve?* Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019.